

AGRICOLINO

Ano 4 | Nº 13 | Informativo do Movimento dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina

Setor agropecuário em debate

Por iniciativa da Comissão de Agricultura, da Assembleia Legislativa, foi criado em maio o Fórum Permanente do Setor Agropecuário. A reunião inicial contou com 13 entidades estaduais, representantes do setor, dentre elas o Sintagri e a Atasc. Este é o espaço que os segmentos organizados do setor agropecuário terão para debater



diretamente com parlamentares sobre políticas públicas para o setor, envolvendo desde questões viárias e educacionais até o trabalho realizado por empresas ligadas ao Estado, como Epagri e Cidasc. O presidente da Comissão de Agricultura irá reunir os principais temas abordados para dar encaminhamento nas próximas reuniões do fórum.

Negociações trabalhistas

A campanha Salarial do ano de 2015 está chegando ao fim. Já foram definidos com a Organização das Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc), Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados de Santa Catarina (Sindicarnes), Sindicato das Indústrias de Laticínios e Derivados de Santa Catarina (Sindileite), com as empresas públicas ligadas à Secretária da Agricultura e Pesca (Cidasc e Epagri) e com o Crea/SC. Resta apenas concluir a negociação com a Federação da Agricultura de Santa Catarina (Faesc), Sindicatos Rurais e com a Federação do Comércio de Santa Catarina (Fécomércio).

Para contemplar negociações com todos os segmentos que empregam técnicos agrícolas em Santa Catarina, no próximo ano, o Sindifumo entrará para as reuniões. Em todas as negociações, foi conquistado o piso mínimo da categoria, bem como reposição da inflação do período e um ganho real.

Roteiro de palestras

Em junho, Sintagri, Atasc e Conea iniciaram o roteiro de palestras nas instituições de ensino agrícola de Santa Catarina. Os temas abordados com os formandos dos cursos Técnico Agrícola e suas modalidades são sobre associativismo, sindicalismo, cooperativismo, legislação profissional, agrotóxicos, certificação sanitária, registro no conselho e anotações de responsabilidade técnica. Na primeira etapa, foram contemplados os institutos de Santa Rosa, Videira e Rio do Sul e os Cedup's de São José do Cerrito e Água Doce. A segunda etapa terá início em agosto, nos Cedup's Getúlio Vargas de São Miguel do Oeste, de Campo Erê e Canoinhas, o colégio La Salle de Xanxerê e os institutos de Araquari, Camboriú e Concórdia.

Conselho Próprio

Desde 2013, depois da pouca representatividade no sistema Confea/Crea, está em discussão a criação de um conselho próprio, que abrangerá os profissionais que estão ligados a lei 5.524/68 e ao decreto 90.922/85, especificamente os Técnicos Agrícolas e Industriais. Essa é mais uma luta do Sintagri que, em parceria com outros Estados, está diuturnamente engajado neste novo projeto com o objetivo de encontrar a forma mais simples de viabilizar os conselhos regionais. O Sindicato reforça que não há problema em participar de um conselho com os demais profissionais, mas acredita que as dificuldades encontradas serão infinitamente menores do que as enfrentadas no sistema Confea/Crea. O projeto caminha já com a aprovação de outros ministérios e, em breve, deve tramitar na Câmara e no Senado.

Agenda agrícola

A Atasc, em parceria com Sintagri, Unitagri e PEC/Crea, realiza anualmente uma série de cursos e eventos em diversas regiões do Estado com o objetivo de qualificar os profissionais. Neste ano, estão disponíveis cursos de Crédito Rural, Auto Cad, Fertilidade do Solo, Fertilidade de Solo e Adubação de Macieira, Gestão e Contabilidade Rural e sobre Alimentação e Dieta de Bovinos de Leite, além dos eventos: Encontro Estadual de Lideranças, Seminário Catarinense de Extensão dos Institutos Federais e os Jogos Estaduais dos Técnicos Agrícolas (Jetasc). O cronograma completo e as inscrições estão disponíveis no site www.tecnicoagricolasc.com.br e serão comunicadas aos associados através de e-mail.

Novos planos de cargos e salários

O Sintagri protocolou requerimento junto à Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, solicitando a interferência do grupo no Governo do Estado, para que os técnicos agrícolas estejam cientes dos novos planos de cargos e salários da Cidasc e Epagri antes deles serem aprovados pelas empresas e as consequências da implantação. O pedido foi feito porque há muitas incertezas e impactos nessas propostas, além da intransigência do Conselho de Política Financeira (CPF), em não querer discutir e nem apresenta-los aos sindicatos e trabalhadores.

Minha Casa, Minha Vida para técnicos agrícolas

De acordo com o Projeto de Lei 1896/15, do deputado federal Giovani Cherini (RS), os técnicos agrícolas que atuam em atividades de extensão rural, assistência técnica, associativismo, área de defesa e vigilância sanitária agropecuária, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica passaram a ser beneficiados com o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.

COMUNICADO FGTS

Informamos aos nossos associados que, com relação as ações correlacionadas as revisões do saldo do FGTS aos trabalhadores com carteira assinada no período de 1999 à 2013, há existência de processo sob rito repetitivo no Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.381.683), sob relatoria do Ministro Benedito Gonçalves, onde suspendeu a tramitação dos 50.000 (cinquenta mil) processos em tramitação que tratam da matéria. Somada a tal fato, tramita no Supremo Tribunal Federal Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADIN 5.090), com a relatoria do Ministro Luiz Roberto Barroso, que trata da inconstitucionalidade da aplicação da TR com índice de correção do FGTS. Ambos os processos encontram-se pendentes de julgamento e somado ao fato de que qualquer ação ingressada com o intuito de discutir a correção do FGTS não seguirá sua tramitação devido ao efeito suspensivo concedido pelo STJ. Assim, entende-se plausível, aguardar o posicionamento a ser adotado pelas Cortes Superiores, para eventual ingresso com ação judicial que abrangeria os associados do SINTAGRI, sob pena de que possível improcedência traria prejuízos monetários devido a fixação de honorários sucumbências a parte vencida.